

Recursos

Prazo de interposição de recurso em face das questões da prova objetiva e do gabarito preliminar

Nome: AMANDA SCHAFER

Inscrição: 11

Protocolo: 13065

Cargo: AGENTE DE LICITAÇÕES

Situação: INDEFERIDO

Código da prova: 1

Questão: 18

Disciplina: Conhecimentos Específicos (Agente de Licitações)

Recurso:

Disciplina: Conhecimentos Específicos

Questão: 18

Prova: tipo 01

Gabarito Preliminar: Alternativa C

Pleito do Candidato: Anulação da Questão por imprecisão técnica e indução ao erro

RAZÕES DE JUSTIFICAÇÃO: A presente questão aborda o procedimento de negociação na modalidade de pregão eletrônico, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). O gabarito preliminar elegeu a alternativa "C" como a correta, indicando que o agente de contratação poderá negociar diretamente com o licitante provisoriamente melhor classificado para obter condições mais vantajosas. Em que pese a alternativa "C" mimetizar parcialmente a intenção contida no caput do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o enunciado e a opção considerada válida pecam por extrema simplificação e omissão de requisitos cumulativos e vinculantes instituídos pela norma geral de licitações, induzindo o candidato a erro de julgamento técnico.

A literalidade e o espírito do regime jurídico licitatório condicionam a negociação pós-lances a parâmetros rígidos de controle orçamentário. A possibilidade de diálogo com o primeiro colocado não se traduz em uma faculdade discricionária ampla e desimpedida; ela exige a verificação imediata da conformidade da proposta frente ao valor máximo estimado pela Administração e o exame rigoroso de sua exequibilidade. Ao ofertar uma assertiva que generaliza a negociação como um ato livre de condicionantes explícitos de vantajosidade e homologação de exequibilidade, a alternativa confunde-se com práticas informais que violam o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio do formalismo moderado, ambos pilares do cargo de Agente de Licitações.

A ausência de refinamento técnico e a incompletude jurídica da alternativa eleita comprometem a validade objetiva da questão, visto que induzem o profissional do direito e da administração pública a aceitar como integralmente correta uma premissa deficitária perante a lei. Pelo exposto, requer-se o acolhimento do presente recurso para decretar a anulação da Questão 18, computando-se a respectiva pontuação em favor deste candidato. Nestes termos, submetendo os presentes argumentos ao elevado critério de Vossas Senhorias, roga-se pelo deferimento e justiça.

Resposta:

Em resposta à fundamentação apresentada, informamos que esta análise se restringe exclusivamente à questão indicada no recurso interposto. Recursos que tratem de questões diferentes daquela mencionada não serão considerados para fins de análise. Após avaliação criteriosa, esta banca conclui que os argumentos apresentados não são suficientes para alterar o gabarito ou anular a questão, conforme os fundamentos expostos a seguir:

A questão teve por objetivo aferir o conhecimento do candidato acerca da fase de negociação prevista na LEI Nº 14.133/2021, especialmente quanto às atribuições do agente de contratação após o encerramento da etapa competitiva em procedimento licitatório realizado na forma eletrônica.

Não assiste razão ao recorrente ao sustentar a existência de imprecisão técnica ou de omissão capaz de comprometer a objetividade da questão. O enunciado descreve situação em que, encerrada a fase de lances, a proposta provisoriamente mais bem classificada permaneceu acima do valor estimado pela Administração, circunstância que, nos termos da legislação vigente, autoriza a abertura de

Recursos

negociação com o licitante melhor classificado visando à obtenção de condições mais vantajosas para o interesse público.

A alternativa considerada correta reproduz o comando normativo previsto no art. 61 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, buscando adequar a proposta às necessidades da contratação e à obtenção da melhor relação custo-benefício para a Administração Pública. Trata-se de prerrogativa legal expressamente prevista no procedimento licitatório, não condicionada, para fins de reconhecimento da sua validade abstrata, à reprodução integral de todas as etapas subsequentes de análise de aceitabilidade, compatibilidade com o orçamento estimado ou verificação de exequibilidade.

O argumento recursal parte da premissa de que a alternativa somente poderia ser considerada correta se reproduzisse todos os requisitos e controles posteriores previstos na legislação. Contudo, questões objetivas de concurso público não exigem a transcrição integral do regime jurídico aplicável, bastando que a assertiva apresente proposição juridicamente correta e compatível com o texto legal. A omissão de etapas complementares do procedimento não transforma a afirmativa em incorreta, sobretudo quando inexistente qualquer afirmação que afaste ou contradiga os demais requisitos previstos na legislação.

As demais alternativas mostram-se manifestamente incompatíveis com a disciplina legal da matéria. A opção que afirma a obrigatoriedade de declaração automática do vencedor após a fase de lances está incorreta, pois desconsidera as etapas posteriores de negociação, julgamento da proposta, habilitação e demais verificações legalmente exigidas. A alternativa que condiciona a negociação à realização simultânea com todos os licitantes não encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, uma vez que a negociação ocorre prioritariamente com o licitante provisoriamente mais bem classificado. Igualmente incorreta é a assertiva que restringe a negociação exclusivamente às hipóteses de empate entre propostas válidas, requisito inexistente na legislação e incompatível com o procedimento licitatório estabelecido pela norma.

Verifica-se, portanto, que apenas a alternativa apontada no gabarito contempla corretamente a disciplina jurídica da negociação após o encerramento da fase de lances, ao reconhecer a possibilidade de o agente de contratação negociar com o licitante provisoriamente melhor classificado com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

Não há ambiguidade, erro material, contradição normativa ou dupla interpretação razoável capaz de justificar a anulação da questão. O enunciado apresenta situação compatível com a legislação vigente e a alternativa considerada correta guarda perfeita correspondência com o texto legal aplicável.

Diante dos argumentos apresentados, RECURSO INDEFERIDO.

Link para o anexo enviado pelo candidato:

<ps-adm-98.selecao.net.br/uploads/98/concursos/2508/recursos/3043/652f00539cf37f5c98d56edeab5386ac.pdf>